

## O RURAL E O URBANO: QUANTAS QUESTÕES!

Marcos Nicolau Santos da Silva

[marcos.nicolau@yahoo.com.br](mailto:marcos.nicolau@yahoo.com.br)

Mestre em Geografia – IGC/UFMG

Membro do Grupo de Pesquisa *Terra & Sociedade* – IGC/UFMG

### RESUMO

Este texto aborda algumas discussões sobre o rural e o urbano, tanto no aspecto da formulação de suas concepções, em âmbito geral, e, particularmente, no caso brasileiro. Resgata no debate as questões dicotômicas, dualistas e as idéias de *continuum* rural-urbano, mas também busca a superação destas, concebendo-as como relações interdependentes, em que considera as diversidades e particularidades dos espaços rural e urbano. Não apresenta respostas conclusivas, pois entendemos que o debate é aberto. Utilizamos como fundamentação uma revisão bibliográfica, embasada na pluralidade de concepções, em diferentes áreas do conhecimento. Também apresentamos algumas reflexões empíricas sobre as questões rurais e urbanas nos espaços que envolvem a pequena e a média cidade, sem, portanto, aprofundarmos em uma ou outra realidade espacial. Os exemplos empíricos servem apenas para provocar uma interlocução com o referencial teórico.

**Palavras-chave:** Rural-urbano, Campo-cidade, Novo Rural, Urbanização do campo.

### THE RURAL AND URBAN: HOW MANY QUESTIONS!

### ABSTRACT

This text broach some discussions about the rural and the urban, so much in aspect of formulation of its conceptions, in scope general and in particular in case brasilian. Rescue in debate the questions dubious and the ideias of *continuum* rural-urban, but also fetch overcome it, conceive it as relations interdependents, where understand the diversities and peculiarities of spaces rural and urban. Not shows answers concluding, because we understand that debate is open. Use like foundation a bibliography revision, based in plural of conceptions, in differents fields of knowledge. We also present some reflections on the empirical issues rural and urban in spaces that involve small and medium city, without, therefore, go deeper into one or another spatial reality. The empirical examples are only to provoke a dialogue with the theoretical.

**Key words:** Rural-urban, Country-city, New Rural, Country of urbanization.

### INTRODUÇÃO

O debate rural-urbano e/ou campo-cidade, apesar dos diversos momentos em que se apresenta no contexto histórico brasileiro, ainda é objeto de várias reflexões, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas, em diferentes disciplinas. Por isso mesmo, as questões a serem colocadas valorizam o diálogo entre a Geografia, a Sociologia e a Economia.

Por outro lado, observamos a necessidade de avançar o debate acadêmico sobre o tema que sempre foi tão polêmico durante nossos estudos na graduação em Geografia e, agora, na pós-graduação. Desde já, salientamos que a problemática aqui levantada valoriza a diversidade e as particularidades do rural e do urbano e busca, primeiramente, a superação de uma visão dicotômica obscurecedora, além de procurar romper com as teorias homogeneizantes e totalizadoras, que supõem o desaparecimento do campo e do rural como resultado do processo de urbanização.

Este texto inicialmente aborda algumas concepções para o entendimento do rural e do urbano, a partir das abordagens de Thomas (1988) e Williams (1989). Em seguida, discute a relação rural-urbana no Brasil e suas respectivas polêmicas, acrescentando-se a análise de algumas

---

Recebido em 17/03/2011

Aprovado para publicação em 05/08/2011

realidades empíricas que ilustram essas relações e tensões tanto nas cartografias da pequena cidade quanto da cidade média. Os espaços urbano e rural que envolvem a cidade média, nesse sentido, apresentam maiores conflitos devido os interesses difusos dos vários sujeitos que deles se apropriam.

A lógica de crescimento da cidade média cresce semelhante à grande cidade, pressionando o espaço rural próximo e aumentando a precariedade das populações e dos territórios rurais. As pequenas cidades e seus espaços rurais, por sua vez, se tomam objetos interessantes para os estudiosos das relações rural-urbana, por se localizarem no limiar de dois espaços, simultaneamente divididos e confluentes. Num outro momento, o artigo incorpora à análise a concepção de um “novo rural brasileiro”, em que apontamos um certificado de origem para essa noção, isto é, revelamos o início dessa discussão e seus principais precursores. Por fim, crítica a noção desse “novo rural” e a idéia da urbanização do campo e seus principais problemas.

### **O RURAL E O URBANO: DIFERENTES CONCEPÇÕES**

É de suma importância iniciar o debate considerando a dimensão histórica de construção do rural e do urbano ou do campo e da cidade. Vale ressaltar que campo/rural, cidade/urbano são nomenclaturas diferentes e possuem especificidades conceituais que diferenciam um termo do outro. O campo e a cidade são espaços da produção que se materializam através do trabalho. Identificamos no campo a produção agrícola e pecuária, assim como na cidade a indústria, o comércio e os serviços. Além disso, campo e cidade também são espaços da moradia e da vida, onde as pessoas existem e co-existem.

É onde as relações sociais acontecem. Já rural e urbano são termos mais gerais para falar de campo e cidade. O rural é maior que o campo e, por conseguinte, o urbano é maior que a cidade. Quando falamos de rural e urbano incluímos aí o espaço físico – ou seja, o chão – e tudo que está nele: os objetos, as ações, as pessoas etc. Ao rural e ao urbano correspondem o chão que caracteriza cada espaço mais a identidade das pessoas que ali vivem. Rural e urbano também compreendem o modo de vida de seus habitantes.

Nenhuma sociedade nasceu urbana, mas diversas sociedades se constituíram ao longo do tempo em urbanas. O que convencionalmente chamamos de sociedade urbana, representa, historicamente, a mudança do modo de vida e das relações sociais que, antes, aconteciam em sua maioria no espaço rural e, posteriormente, chegam à cidade através do processo de concentração da população, que, em níveis estatísticos, é compreendido como urbanização. Tal processo é constante desde a Antiguidade até a constituição das cidades modernas e dos dias atuais. Porém, em diferentes intensidades, escalas e magnitudes.

O campo remonta, no imaginário, à idéia de natureza, uma primeira natureza criada a partir de mecanismos divinos que assim a dispuseram. No entanto, o campo também é uma segunda natureza, ou seja, quando é considerado uma construção humana modificado através do trabalho. A cidade, por sua vez, é o exemplo máximo de segunda natureza, totalmente transformada pelo homem, uma obra artificial. Podemos resumir dizendo que o campo (lê-se, a natureza) está para Deus, assim como a cidade está para o homem.

Fazer a leitura inicial de autores como Thomas (1988) e Williams (1989), a partir de suas considerações sobre o campo e a cidade na Inglaterra, é uma opção extremamente contributiva, que aceitamos como um diálogo necessário e introdutório para a análise aqui proposta.

Williams (1989) inicia seu livro: *O campo e a cidade: na história e na literatura*, afirmando que “Campo” e “Cidade” são palavras muito poderosas, pelo significado que elas representam na vivência humana. Segundo o autor, o termo inglês *country* pode significar tanto “país” quanto “campo” e *city* foi utilizado para denominar a “cidade”.

No Apêndice do livro, o autor explica que o termo *country* assumiu suas acepções modernas no século XIII, sendo, portanto, a extensão de terreno ou região e de terra ou nação; já *city*, por volta do ano de 1526, compreendia o termo utilizado para designar uma cidade grande, apesar de originar-se de *civitas*, que por sua vez vinha de *civis* (cidadão), aplicado para se referir às tribos da Gália, posteriormente, um distrito eclesiástico.

A partir do final do século XVI, os contrastes *country* e *city* se intensificaram, como já ocorriam desde a Antiguidade Clássica. Nesse período, já eram comuns os termos *countryman* e *country people* para o habitante do campo, *country-house* (mansão senhorial) e *country-seat* (propriedade rural). Mais tarde, aparecem as denominações *countryfied* (rústico) e *country*

*bumpkin* (caipira, matuto), no século XVII. O termo “roça” (*countryside*) vai surgir entre os séculos XVIII e XIX, no sentido moderno. O *rural*, cujo significado pode ser rural ou rústico, data desde o século XV, mas ganha conotação social somente no final do século XVI. Da mesma forma, *urbane* (urbano) surge no século XVI como termo apenas descritivo e adquire status social a partir do início do século XVII (WILLIAMS, 1989, p. 411).

De acordo com Thomas (1988), até o período da Inglaterra pré-industrial, mais de três quartos da população britânica viviam no campo. Já por volta de 1800, a proporção urbana elevava-se para 85%, atingindo, em 1851, maioria de população urbana. Nesse contexto, a Inglaterra se tornara, após a Holanda, o país mais urbanizado da Europa. Evidenciando os contrastes entre campo e cidade, nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Thomas (1988, p. 290), baseado no pensamento da época, afirma: “tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los”. Aqui cabe um parêntese, pois tal pensamento vai de encontro ao propósito civilizatório da maioria das nações européias que se lançaram à colonização da América, África e Ásia. Assim sendo, “a cidade era o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Era a arena da satisfação do homem” (idem, p. 290).

Até aproximadamente metade do século XVIII, a cidade, além de um ambiente de aspirações de fidalgos da Inglaterra, constituía-se também como paisagem, um espaço de contemplação, seja através das belas praças de Londres, seja pelos novos edifícios em Bath ou na cidade Nova de Edimburgo, conforme salienta Thomas (1988). Mas, por outro lado, o campo tornar-se-ia mais tarde mais bonito que a cidade, em virtude da deterioração do ambiente urbano, sobretudo causado pela fumaça lançada através da queima do carvão, principal sustentáculo da Revolução Industrial. Tal fato é justificado por Thomas (1988, p. 291) quando ele descreve:

O carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro de enxofre do produto usado hoje em dia; seus efeitos eram proporcionalmente letais. A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios.

As condições insalubres do ar londrino, a poluição do rio Tâmisa que já se registrava desde o século XVII e os conflitos com relação aos efeitos nocivos da indústria urbana conduzem a um novo olhar para o campo, mas isso se volta apenas para os ricos cidadãos de Londres que construíram suas casas de verão no campo e/ou passavam o final de semana nestes locais.

Até a religião foi protagonista desse novo gosto pela vida rural, isto é, através dos retiros espirituais, concebia o campo como local mais virtuoso que a cidade. Essa é uma das muitas formas de urbanidade presente no espaço rural brasileiro na contemporaneidade. Assim, conforme Thomas (1988), muitos escritores afirmavam que Deus fizera o campo, o homem, a cidade.

Tanto Williams quanto Thomas abordam, em suas análises, o campo e a cidade a partir dos contrastes entre esses termos ou espaços, baseados no contexto da Inglaterra. As análises dos autores não são suficientes para entender a questão brasileira, mas fornecem uma visão mais ampla das formas de conceber o rural e o urbano ou o campo e a cidade desde a Antiguidade Clássica, ou seja, apresenta-nos a contradição que prevalece na maioria das abordagens sobre a temática ao longo da história, para que, a partir daí, possamos acrescentar outros elementos ou formas de ver a realidade.

## **A RELAÇÃO RURAL-URBANA NO BRASIL**

O título desse tópico já fornece uma idéia de como a questão rural e urbana será abordada, a partir de uma interação. Entretanto, é ilusório acharmos que o rural e o urbano sempre se interagiram no tempo e no espaço, por isso, é pertinente apresentar a visão dicotômica que, historicamente, envolveu campo e cidade no Brasil e no mundo. Embora alguns autores considerem a abordagem dicotômica já superada, acreditamos ser fundamental trazê-la para o debate como um esforço de melhor compreender os processos recentes. No Brasil, por exemplo, a discussão de um “Novo Rural”, a partir da década de 1990, trouxe à tona a questão rural-urbana, ora numa perspectiva dicotômica, ora como *continuum*, ora como territórios relacionais.

Como já mencionamos em outro trabalho, por tratarmos de territórios distintos, o que nos interessa é apresentar a relação existente entre o rural e o urbano, tanto como categorias epistemológicas quanto territórios que estão, inseparavelmente, interligados (SILVA, 2006). O que distingue o rural do urbano não são necessariamente as diferenças espaciais, mas a forma como as relações sociais acontecem em ambos espaços.

A indústria, associada à cidade, fundou a era moderna e influenciou (e ainda influencia) na esfera da representatividade os significados do campo e da cidade até os dias atuais. Nesse sentido, Froehlich (2000, p. 2) observa:

Para a história moderna e sua ideologia do progresso, a cidade tem constituído, tanto para os cidadãos como para os rurícolas, uma representação de liberdade, de desenvolvimento, de civilização, um lugar que possibilitava o pluralismo e uma grande variedade de estilos de vida, enquanto que o meio rural fomentava o autoritarismo, o tradicionalismo, o conservadorismo e a ignorância.

A cidade, como espaço, e a indústria, como mecanismo, passam, nesse contexto, a assumir a responsabilidade pelo progresso e desenvolvimento do capitalismo mundial. Daí, Moreira (2005) identifica que na modernidade os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade, e esses pólos foram os mais valorizados nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas, restando assim ao campo a condição de subalterno. A vida urbana tornara-se marcada pela extrema complexidade das relações sociais imposta pela convivência de distintas identidades, constituindo um corpo social mais diferenciado do que o rural.

Precisamos explicar que a indústria, associada ao urbano, se concentrou nas cidades em função de condições econômicas, sociais, tecnológicas e locacionais a partir de um dado momento histórico do desenvolvimento. Contudo, isso não justifica a associação da indústria como um fenômeno tipicamente urbano. As primeiras manufaturas se instalaram nas áreas rurais, onde se encontrava a mão-de-obra, conforme pontua Alentejano (2003). Verificamos hoje, portanto, uma crescente desconcentração espacial das indústrias e de atividades a ela associadas, o que não significa atribuir-lhe exclusivo caráter urbano.

Marques (2002) nos lembra que, historicamente, o enfoque dicotômico predominou na Geografia e na Sociologia. A perspectiva dicotômica representa uma oposição entre cidade e campo, na qual os espaços são pensados de maneira distinta. Assim sendo, Williams (1989) analisa também a oposição campo-cidade pelo viés da dominação imperialista européia, mais especificamente, a inglesa. Conforme o mesmo autor, a oposição é desencadeada dentro das sociedades dominadas por processos que passam a seguir, internamente, padrões estrangeiros de desenvolvimento:

Uma história interna de oposição campo-cidade ocorre, às vezes, de forma exacerbada, dentro de comunidades coloniais e neocoloniais. Este fato é particularmente irônico, pois a cidade, no pensamento ocidental, está agora intimamente associada às formas mais modernas de desenvolvimento – enquanto na verdade, em escala mundial, o crescimento mais espetacular de grandes cidades em nosso século vem ocorrendo nos continentes “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento” (WILLIAMS, 1989, p. 383-384).

A abordagem dicotômica ganha relevo nas idéias de Sorokin e Zimmermann (1986), elaboradas na década de 1930 sob o forte impacto das transformações provocadas pela expansão do capitalismo, os quais enfatizam as diferenças entre os espaços rural e urbano, dada pela intensidade e complexidade de fenômenos, conforme cita Marques (2002).

Os autores identificam oito características fundamentais que vão diferenciar os dois meios sociais de ordem econômica, espacial, social e cultural, a saber: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração (SOROKIN e ZIMMERMANN, 1986 apud MARQUES, 2002, p. 100).

Por outro lado, na segunda metade do século XX, com o avanço da urbanização e com a “industrialização” da agricultura, destacam-se os estudos que defendem a idéia de *continuum* rural-urbano, na qual, agora, há uma integração entre cidade e campo através da modernização e destruição de formas arcaicas.

Na maioria dos estudos, esse enfoque é problemático quando considera o rural uma extensão do urbano. Na discussão mais recente sobre a revalorização do meio rural como espaço de turismo e lazer, das práticas não-agrícolas no campo, associada a uma melhoria da infra-

estrutura, alguns autores consideram, equivocadamente, que o campo se urbanizou, sem voltar o olhar para as especificidades entre campo e cidade e para as necessidades da população rural. A título de exemplo, temos no Brasil os trabalhos de Graziano da Silva, como o principal precursor da noção de *continuum* rural-urbano, os quais serão abordados em outro tópico.

A partir daqui a questão norteadora é sobre a definição oficial de rural e urbano no Brasil e as críticas a ela produzidas, bem como a consistência teórica de tais críticas. No Brasil, a definição oficial adota o critério político-administrativo de classificação, considerando urbana toda *sede de município (cidade) e de distrito (vila)*. Segundo o IBGE (1999), citado por Marques (2002, p. 97):

é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana.

Percebemos que há pelo menos dois problemas nessa definição. O primeiro é a ausência de um critério para classificação do espaço rural, o que levaria a ser definido a partir daquilo que não é urbano; o segundo diz respeito à autonomia dos governos municipais em delimitar até onde abrange o perímetro urbano, ficando sujeito aos interesses fiscais dos municípios. Verificamos ainda que o critério reforça a oposição rural-urbana, exprimindo a supremacia do urbano sobre o rural, acentuando as desigualdades territoriais, impostas pelas classificações contraditórias do Estado.

A arrecadação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) nas áreas que são delimitadas como perímetro urbano, mas que, na maioria dos casos, correspondem a terra rural impõe várias contradições. Uma primeira questão se refere ao valor do imposto e a forma como é medida a terra; o IPTU é mais caro que o ITR (Imposto Territorial Rural), sendo a terra e as construções urbanas medidas em metro quadrado, já a terra rural é medida em hectare e, esta, por sua vez, possui menor preço que a primeira.

A arrecadação dos tributos rurais tem se tornado um desafio para os governos federal e municipal, dada as dificuldades de controle e fiscalização e o relativo desinteresse em função de sua pouca expressividade. Segundo Botelho, Britto e Souza (2011, p. 231), a insignificante receita do ITR desestimulou a colaboração dos governos municipais na fiscalização do imposto, na qual contribuiu para uma administração fiscal deficiente.

“A competência federal sobre o tributo não tem sido adequadamente explorada, ficando os objetivos de instrumentalizar o ordenamento territorial rural pautados por ‘intencionalidades’ e não por meio de efetivos dispositivos legais, digam-se, existentes”. Devido essas dificuldades, várias medidas vem sendo adotadas desde a década de 1990 na tentativa de descentralizar o ITR. Nesse sentido, a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, dispõe:

Art. 1º - A União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, para fins do disposto no inciso III do § 4 do art. 153 da Constituição Federal, poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural, de que trata o inciso VI do art. 153 da Constituição Federal, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal (BRASIL, 2005 apud BOTELHO; BRITTO; SOUZA, 2011, p. 231).

Com essa descentralização, muda-se o processo de arrecadação do ITR no cenário nacional. De um lado, as localidades podem manter a relação tributária direta do contribuinte com os órgãos federais de arrecadação, sendo que a repartição da receita configura 50% para o município e a outra metade para o erário federal.

Outra possibilidade ocorre quando há a transferência das funções administrativas de arrecadação e fiscalização para os municípios, os proprietários de imóveis rurais situados na jurisdição do território municipal ficam submetidos ao poder local e o total da receita do ITR é destinado à municipalidade, o mesmo acontece com o Distrito Federal, assim, pode-se ampliar as intervenções públicas em todo território municipal (BOTELHO; BRITTO; SOUZA, 2011, p. 231-232).

O processo de apropriação do uso da terra rural foi apontado por Sposito (2006), no qual a autora afirma que a cidade cresce transformando a terra rural em terra urbana, pois as áreas a serem loteadas são aquelas mais próximas do tecido urbano.



Com frequência, encontramos principalmente nos espaços onde estão as cidades maiores – as de porte médio, por exemplo – a ação do poder público que autoriza loteamentos urbanos em áreas distantes alguns quilômetros do tecido urbano, formando aglomerados urbanos (os quais estão localizados onde a terra ainda é rural), que, em poucos anos são anexados à cidade devido o processo de expansão do próprio tecido urbano e da pressão da especulação imobiliária sob a terra rural, forçando o parcelamento das terras que estão nos arredores da cidade.

Observamos também nas rodovias de entrada dessas cidades, geralmente áreas do perímetro urbano, a presença de algumas indústrias ou atacadistas e outras empresas como postos de combustíveis e lojas de peças e consertos de veículos que paulatinamente vão preenchendo as terras rurais. Também costumam surgir nesses espaços as áreas de lazer, como clubes, sítios, restaurantes, pesque-pague etc.

Tomemos o exemplo recente do município de Montes Claros, cuja sede está caracterizada como uma das cidades médias de Minas Gerais e do Brasil. Recentemente, as mídias locais têm mostrado o acirramento de um conflito que envolve representantes do meio ambiente, a prefeitura e câmara municipal e empreendimentos imobiliários.

A discussão se centra a partir da confirmação de que seriam construídos condomínios na área da Serra do Mel, também conhecida como Serra do Sapucaia ou Ibituruna, os quais seriam beneficiados em função da última alteração na Lei de Uso e Ocupação do Solo (2010) que expandiu o perímetro urbano para 135 milhões de metros quadrados.

Os representantes ambientais alegam que essa lei foi aprovada sem a participação popular<sup>2</sup> e ignorando as normas e recomendações legais.<sup>3</sup> Soma-se a isso, a proximidade com a unidade de conservação do Parque Estadual da Lapa Grande e os possíveis problemas ambientais que viriam a surgir, já que diversos cursos d'água se originam ali.

Torna-se importante destacarmos que a região oeste da cidade, onde se situa a Serra do Mel (FIGURA. 1), é considerada a área nobre de Montes Claros. Tal área passou a ser, sobretudo a partir dos anos 1990, o novo espaço de ocupação e reprodução social das classes mais abastadas da sociedade local.



FIGURA 1 – Serra do Mel vista a partir da região central de Montes Claros.

Fonte: OLIVEIRA, R. S.; OLIVEIRA, L. C. B., 2010.

Autor: OLIVEIRA, R. S., março de 2010.

Predominou a produção de um espaço elitizado, com infra-estrutura adequada, cujas construções apresentam um padrão de alvenaria sofisticado e onde foi possível a implantação dos primeiros e melhores condomínios residenciais da cidade.

<sup>2</sup> A aprovação da ampliação do perímetro urbano de Montes Claros teria passado pela Câmara Municipal em dois momentos estratégicos, os quais limitariam a participação popular: 23 de dezembro de 2009, véspera do Natal; e 12 de julho de 2010, um dia após a final da Copa do Mundo de Futebol. Fonte: <<http://salvemasapucaia.blogspot.com>>. Acesso em 17 jul. 2011.

<sup>3</sup> As leis a que se referem são: Estatuto das Cidades - Lei Federal Nº 10.257 de outubro de 2001; Lei do SNUC - Lei Federal Nº 9.985 de 2000; Plano Diretor de Montes Claros - Lei Nº 2.921 de 27 de agosto de 2001; Lei Ambiental de Montes Claros - Nº 3.754 de 15 de junho de 2007. Fonte: <<http://salvemasapucaia.blogspot.com>>. Acesso em 17 jul. 2011.

O crescimento urbano acelerado nessa região foi em parte obstado pela geomorfologia local. Não obstante, cada vez mais as construções e os empreendimentos imobiliários têm subido a serra, literalmente.

O impasse na Serra do Mel acentua as tensões entre o rural e o urbano. Nesse caso específico, o rural, antes de tudo, assume uma conotação ambiental. As organizações não governamentais, órgãos públicos, conselhos de classes e a sociedade local conseguiram através de audiência pública realizada no dia 30 de junho de 2011 o apoio dos próprios vereadores os quais outrora aprovaram a lei que alterou a expansão do perímetro urbano. O movimento denominado “SOS Sapucaia” reivindica agora a alteração da lei, com o retorno do perímetro urbano ao limite anterior na encosta da serra. Além disso, exige medidas concretas de preservação que venham proteger o meio ambiente em questão.

Outra tendência também presente no município de Montes Claros é a formação de sítios e chácaras no espaço rural próximo à área urbana, resultante muitas vezes do fracionamento de grandes propriedades improdutivas. Temos observado que os proprietários parcelam suas terras e as vendem em forma de lotes, o que contribui para agregar maior valor à terra.



FIGURA 2 – Conjunto de Chácaras das Paineiras na área rural de Montes Claros.  
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2006.

A FIG. 2 ilustra um exemplo de área rural que foi convertida em diversas chácaras no município em tela. Como se pode observar, a estrutura do local nos mostra o traçado de ruas como aquelas encontradas nas cidades; as ruas são formadas por traçados retilíneos que se entrecruzam e organizam a divisão das quadras. No período em questão, as chácaras já possuíam água, telefonia celular e energia elétrica interna e externa.

Cabe frisar que a realidade de grande parte da população rural brasileira, especialmente a camponesa, não tem energia elétrica externa nos aglomerados rurais, excetuando-se a maioria das vilas e dos povoados.

Observamos ainda que na entrada principal das chácaras havia uma guarita desativada, o que transpõe a lógica dos condomínios e loteamentos fechados do meio urbano para o rural. Todas as chácaras do local são cercadas ou muradas; as residências possuem uma excelente infraestrutura, com piscinas, espaços para jogos e lazer, quadras de esporte, campos de futebol, churrasqueiras de alvenaria etc.

Os proprietários das chácaras são, em sua maioria, da cidade, onde trabalham e residem; neste caso, as chácaras são utilizadas como segunda residência e/ou residências de final de semana. Muitos proprietários alugam para finais de semana e feriados, para festas, encontros e confraternizações profissionais e retiro espiritual. Sempre há caseiros morando no local, na ausência de seus proprietários. Também existem proprietários que moram nas chácaras e trabalham na cidade, realizando o movimento pendular diariamente, e outros que residem nelas definitivamente, geralmente aposentados.

Apesar de as chácaras estarem localizadas no espaço rural e apresentarem elementos da

ruralidade, tais como os pomares, as pequenas hortas e galinhas, toda a lógica que organiza o espaço e a vida dos moradores é urbana. Assim sendo, o espaço das chácaras reproduz a experiência das pessoas com o mundo no qual elas vivem- urbano-, porém com as amenidades do espaço rural – relativa tranqüilidade, descanso e maior contato com a natureza. O rural é um espaço de consumo para esse segmento da população.

Entretanto, segundo os relatos de moradores e caseiros, identificamos a existência de vários furtos nas Chácaras das Paineiras, principalmente pela localização estar próxima à periferia da cidade. Devido à infra-estrutura do local e por ser um espaço que recebe uma classe social média-alta, se torna alvo das externalidades negativas da cidade, como a violência urbana. Por isso há os caseiros zelando pelas chácaras.

Outra análise em Montes Claros, diferente do nosso estudo nas Chácaras das Paineiras, foi realizada na comunidade rural Cabeceiras (PINHEIRO; BARBOSA; AFONSO, 2010), onde o espaço rural foi totalmente produzido para atender os interesses e desejos de um determinado seguimento da população. Aqui, o espaço geográfico já era apropriado por uma comunidade rural de pequenos, médios e grandes proprietários de terras.

Os pequenos eram agricultores familiares que comercializavam sua produção agrícola semanalmente nas feiras da cidade; os maiores proprietários geralmente destinavam suas terras à criação de gado bovino. As autoras afirmam que foi a partir da década de 1990 quando alguns proprietários rurais começaram a lotear suas terras. Ao pesquisarem no 3º Cartório de Ofícios da cidade, as autoras constataram que somente um proprietário rural havia legalizado suas terras para o uso urbano, sendo ilegal a construção dos demais empreendimentos.

Pinheiro, Barbosa e Afonso (2010) observam que a construção das novas residências em Cabeceiras destoam do padrão da comunidade rural e seguem o estilo das casas urbanas. A única diferença é que as construções podem ser mais amplas por contar com maior disponibilidade de terreno o qual na cidade custaria muito caro. Segundo as autoras, as casas são planejadas e sofisticadas, contam com diversos eletrodomésticos, redes de água, luz e esgoto; a proximidade com a cidade (cerca de 10 quilômetros) permite o ir e vir dessa nova população seja para o trabalho ou para utilizar o comércio e os serviços da área urbana.

As autoras supracitadas alertam que essa nova tendência urbana no espaço rural pode causar, entre outros, impactos ambientais significativos, pois não tem sido acompanhada com um planejamento adequado. De acordo com as autoras,

A comunidade de Cabeceiras é uma dessas áreas, pois está localizada nas proximidades da área de recarga da sub-bacia do Pai João. Possivelmente, com o loteamento, sem infra-estrutura de esgoto e ocupação desordenada do solo, poderá ocorrer no futuro o comprometimento de cursos d'água, devido ao desmatamento indiscriminado, ao barramento de rios e perfuração de cisternas e poços artesianos para o abastecimento sem estudos prévios (PINHEIRO; BARBOSA; AFONSO, 2010, p. 15).

Acrescentemos que nas proximidades dessa comunidade rural encontra-se um dos locais onde a Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Minas Gerais (COPASA) retira parte da água que abastece a cidade, em função de uma ressurgência de água potável.

Assim, o avanço desses loteamentos sem planejamento no espaço rural pode comprometer a qualidade dos recursos naturais, bem como gerar conflitos socioambientais iminentes, devido os diferentes interesses dos sujeitos que atuam no espaço geográfico, como neste caso de Cabeceiras.

À medida que as cidades crescem espacialmente, mais complexas se tornam as relações rurais e urbanas. As pequenas cidades, por sua vez, apresentam do ponto de vista visual diferenças bem marcantes entre as áreas urbana e rural; é bem nítido poder ver onde está a cidade e o campo, mas estas cidades possuem forte e estreita ligação com o campo.

Segundo Endlich (2006, p. 13), “o debate sobre o rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades”. Os espaços se separam, entretanto, as relações sociais se aproximam. Eis o que o professor Roberto Lobato Corrêa (2009), em



um texto inédito<sup>4</sup>, apontou estar a pequena cidade na confluência do urbano e do rural.

Para o referido autor, quando se refere às pequenas cidades, a centralidade e o tamanho demográfico são critérios intimamente relacionados. Corrêa destaca que essas pequenas cidades são centros locais que dificilmente ultrapassam 20-30.000 habitantes. O universo das pequenas cidades no Brasil é muito variado e apresenta características gerais que se efetivam de modo específico e combinado, gerando diversos arranjos entre o urbano e o rural.

Algumas dessas características essenciais, mas não exclusivas, devem ser consideradas: matriz cultural da área; antiguidade do povoamento; estrutura agrária da hinterlândia; densidade demográfica da hinterlândia; relações com o mercado; nível de renda da área; e acessibilidade (CORRÊA, 2009).

O município de Japonvar, também localizado no Norte de Minas Gerais, é um exemplo recente de nossos estudos, embora o enfoque das pesquisas seja voltado para o campesinato. A formação do município – hoje com mais de 8.000 habitantes (IBGE, 2007) – ocorreu a partir de um pequeno estabelecimento comercial que funcionava às margens da rodovia federal BR-135 e, paulatinamente, contribuiu para a formação de um povoado naquela localidade.

Favorecido pela localização privilegiada, onde serve de entroncamento rodoviário que acessa várias localidades, o aglomerado deu origem ao atual núcleo urbano, após se desmembrar do município de Brasília de Minas em meados da década de 1990.

Atualmente, cerca de 30% da população de Japonvar reside na área urbana. O urbano se distingue do rural em Japonvar pelas características da “paisagem visível” (BAGLI, 2006), traduzidas na presença das construções concentradas, dos arruamentos, da relativa infraestrutura, da sede do governo municipal, do comércio e dos serviços.

A placa que marca o perímetro urbano do município só mostra a presença de propriedades rurais, outra arbitrariedade do poder público, conforme já referimos. Entretanto, percebemos que as relações sociais são intensas entre os espaços rural e o urbano no município. A começar pela economia, a qual é predominantemente baseada na agropecuária e no extrativismo do pequi. As relações de consumo e de vida cotidiana entre campo e cidade se misturam, ao mesmo tempo em que se complementam.

A cidade depende e está vinculada a sua hinterlândia rural e vice-versa, assim como se interliga a cidades locais, regionais e extra-regionais. Há pessoas moradoras do campo que trabalham na cidade, especialmente em cargos públicos, bem como cidadãos trabalhando no campo, seja em atividades agrícolas ou não-agrícolas, a exemplo dos professores das escolas rurais, dos agentes de saúde etc.

Maria José Carneiro nos mostra como as relações sociais nesses pequenos municípios marcam a confluência do rural e do urbano:

Esses pequenos municípios estariam, portanto, na interseção de dois códigos de relações sociais. Se, de um lado, mantêm uma sociabilidade diferenciada – marcada pelas relações sociais de interconhecimento – e uma “particular vinculação com a natureza”, o que os aproximariam de uma realidade “rural”, por outro, exercem também as funções de mediação na “integração do mundo rural com sistema mais geral de cidades”, marcando de maneira específica um modo de vida e de inserção na sociedade nacional que não são os mesmos encontrados nas grandes cidades e nem nas pequenas localidades rurais (CARNEIRO, 2008, p. 20).

Dessa forma, como definir e estabelecer critérios, essencialmente numéricos, para tratar de rural e urbano em municípios como este? Rural e urbano aqui se definem pela oposição ou pelo *continuum*? Por isso, entendemos que rural e urbano devem ser analisados mais pelo seu conteúdo relacional do que pelas características que os distinguem.

As várias combinações existentes entre as pequenas cidades brasileiras se definem em contextos regionais distintos, o que deve ser considerado em nossas análises. Por conseguinte,

<sup>4</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural*. Texto apresentado na conferência de encerramento do 2º Simpósio O Rural e o Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. 18 p. Mimeografado.

as pequenas cidades do cerrado norte mineiro se distinguem daquelas da Amazônia ribeirinha, assim como das áreas de colonização européia do sul do país, por exemplo.

Retomando a discussão sobre a classificação oficial brasileira, a principal crítica para o espaço urbano e rural vem de Veiga (2003). Segundo o autor, haveria no país uma rede urbana formada por 455 municípios, correspondente a 57% da população no ano 2000, conforme estudo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, e da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, publicado na *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Seria este o Brasil “*inequivocamente urbano*”, composto por 12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações não-metropolitanas e 77 centros urbanos, abrangendo um total de 455 municípios.

Por outro lado, haveria outros 567 municípios (com 13% da população), cujo caráter de cidade seria extremamente duvidoso em alguns deles, ou seja, naqueles municípios que se encontrariam no “meio-de-campo”. Até aqui, a taxa de urbanização do país cairia para 70%, em relação à atual média de 81,2% divulgada no ano 2000. O ponto mais crucial para o autor ocorre com os outros 4.485 municípios, que abriga 30% da população, onde seria, essencialmente, o Brasil rural.

Veiga também critica o caráter simplista do critério oficial de classificação, propondo combinar três indicadores para caracterizar o fenômeno urbano e evitar a “ilusão” imposta pela norma legal: tamanho populacional, densidade demográfica e localização. Para o autor, a densidade demográfica é o critério decisivo para separar os municípios que no ano 2000 pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no “meio-de-campo”, refletida através do “índice de pressão antrópica”. Por isso, o autor considera “a pressão antrópica como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios” (idem, p. 33).

Veiga (2003), ao propor a classificação do território brasileiro em inequivocamente urbano, essencialmente rural e em condições intermediárias, inspira-se nos parâmetros de classificação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que enquadra os seus 26 países-membros desenvolvidos em três categorias, baseadas na densidade demográfica:

- essencialmente rural: é aquela onde mais da metade da população vive em localidades rurais;
- essencialmente urbana: é aquela onde menos de 15% da população vive em localidades rurais;
- relativamente rural: é aquela na qual entre 15% e 50% dos habitantes vivem em comunidades rurais.

Algumas considerações são importantes direcionar a partir das análises de Veiga. A obra do autor não é construída através de uma profunda reflexão acadêmica, portanto, desprovida de embasamento teórico, sendo seu livro construído por meio de uma seleção de 60 textos entre 120 publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo* até o final de 2001. Os textos do autor representam muito mais uma provocação do que a construção de uma teoria, cuja ausência do método científico e da discussão de vários conceitos, entre eles o de território, constituem-se os principais problemas, acarretando a falta de coesão e de conclusão de suas idéias.

Percebemos que, quando o autor tenta chamar a atenção para o “equivoco” dos dados oficiais disponíveis sobre a taxa de urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, propõe outra forma de conceber os mesmos números, justificando que o grau de urbanização não é tão elevado como tem sido apresentado, ele deixa implícita a necessidade de se investir em políticas de desenvolvimento rural. Ora, do ponto de vista político, não faria sentido investir em políticas de desenvolvimento rural e reforma agrária para o país se somente uma pequena parcela da população habita o campo. É essa leitura possível que Veiga nega fazê-la.

Outras críticas partidas de pesquisadores da Geografia da Universidade de São Paulo sobre a obra de Veiga, importantes para entender a relação cidade-campo, têm como expoentes Arioaldo Umbelino de Oliveira e Ana Fani Alessandri Carlos, os quais fazem análises minuciosas sobre o livro *Cidades Imaginárias*.

De acordo com Carlos (2003, p. 179), um problema encontrado no livro de Veiga (2003) é a quantidade de opiniões emitidas pelo autor, muitas delas apoiadas em estatísticas dos países

centrais para explicar o desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, a autora critica a produção de um conhecimento aplicado, cujo risco é a simplificação da realidade, “pois a sistematização, ao evitar o diferente, desemboca necessariamente na busca de uma harmonia que ignora as contradições profundas sob as quais se deve analisar as atuais relações cidade/campo no Brasil”.

A autora vai ainda mais longe quando considera que “o que o autor parece ignorar é que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas, e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluriatividades” (CARLOS, 2003, p. 179). Carlos concorda com Veiga quando ela afirma que a análise do fenômeno deve superar a visão institucional, dos decretos de definição dos espaços, especialmente os municipais, no âmbito do poder das prefeituras.

Maria José Carneiro (2008), por sua vez, exalta a contribuição e o esforço de Veiga na tentativa de responder às dificuldades engendradas pela classificação oficial brasileira. Todavia, a autora chama a atenção para o risco que a proposta de Veiga incute nos estudos mais particularizados, a despeito dos modos de vida e das dinâmicas locais entre rural e urbano. Utilizar categorias abrangentes, como as de Veiga, se tornam mais problemáticas e inoperantes, uma vez que a realidade poderia ser excessivamente simplificada. Por isso, a autora adverte: “lidar com o desafio de apreender as particularidades sem perder de vista os processos mais amplos não é tarefa simples” (CARNEIRO, 2008, p. 19).

Quanto a Oliveira (2004), uma das críticas ao trabalho de Veiga é pelo fato de ele considerar óbvio para qualquer estudioso da questão urbana que o Brasil está definitivamente urbanizado; mas sem querer dizer que desapareceram as diferenças entre o urbano e o rural, elas tornaram-se mais complexas. Assim, o autor afirma: “o urbano como ideologia capitalista hegemônica invadiu todo o rural, porém não o destruiu. Ao contrário, trava com ele relações contraditórias” (idem, p. 55).

Por meio dessas relações contraditórias sobre os espaços rural e urbano e, com eles, o plano das relações sociais, não se pode deixar de fundamentar em nosso diálogo o que está posto, ou seja, o que já existe nas relações socioespaciais, os novos conteúdos, o que é imposto (pela lógica vertical – dominante) e as lutas travadas pela sociedade na produção de sua existência.

A questão que encerra, mas deixando evidente a necessidade de aprofundar o fértil debate rural-urbano, é, segundo Oliveira (2004, p. 62), o ponto positivo presente na obra de Veiga, embora fique uma lacuna: “é preciso discutir a relação cidade/campo no mundo moderno”.

## O “NOVO RURAL” E A RELAÇÃO RURAL-URBANA

A idéia de um Novo Rural Brasileiro tem profunda ligação com o avanço da urbanização, mas, sem dúvida, sua inspiração surgiu nos países capitalistas avançados, especialmente na Europa. Monteiro (2006, p. 161) afirma que “se buscarmos um certificado de origem para o Novo Rural, vamos encontrar referências insistentes ao documento produzido na União Européia, em 1988, intitulado ‘Informe sobre o Mundo Rural’ [...]”. O documento em questão faz uma análise dos problemas rurais dos países capitalistas avançados, onde o poder público busca financiar e regular as iniciativas que partem da própria sociedade rural.

Nessa perspectiva, foi criado o Projeto LEADER – Programa de Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – como um dos instrumentos para a implantação da política de um novo rural europeu.

No Brasil, os estudos sobre o novo rural iniciam-se no final da década de 1980, no entanto, os trabalhos mais expressivos são desenvolvidos na década seguinte. Entre eles, destacam-se as pesquisas desenvolvidas pelo *Projeto Rurbano*, da Unicamp, cujo coordenador e disseminador da noção de um Novo Rural Brasileiro é o professor José Graziano da Silva, baseado na expansão das atividades e do emprego não-agrícolas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

A População Economicamente Ativa (PEA) rural, que se ocupava com atividades as quais não são aquelas tradicionalmente agrícolas, isto é, atividades não-agrícolas, já representava cerca de um terço do total de 15 milhões de pessoas economicamente ativas, conforme salienta Graziano da Silva (2000), citado por Carneiro e Teixeira (2004, p. 26). Esse dado, associado a

outros fatores, reforçaria a tese de Graziano da Silva de que não é mais possível explicar o meio rural brasileiro apenas pelas atividades e ocupações agrícolas. Seria necessário incorporar novos conteúdos. O agricultor passaria a ser concebido como um *part-time farmer*, que corresponderia ao agricultor em tempo parcial, cuja característica fundamental é a combinação de atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, tanto no meio rural quanto em ramos urbano-industriais. Esse “novo” modelo de agricultor, já bastante difundido nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, segundo o autor, já pode ser observado nos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil (GRAZIANO da SILVA, 1997a).

As novas atividades no meio rural brasileiro, de acordo com Graziano da Silva (1997b), possuem duas características comuns: na primeira, elas se originaram ou de importações de outros países ou de atividades que antes não eram comerciais; na segunda característica, as novas atividades, quando se transformaram em atividades comerciais, já nasceram como parte de uma cadeia produtiva altamente especializada e integrada a um complexo sistema de serviços que delimitam “nichos” específicos de mercado. Ao delimitar nichos de mercado, significa que essas atividades não estão acessíveis a todos os segmentos sociais. Isso foi verificado em nossa pesquisa realizada em estabelecimentos rurais do município de Montes Claros, tais como hotel-fazenda, sítios e chácaras de lazer (SILVA, 2006).

Algumas das novas atividades mencionadas por Graziano da Silva (1997b) são: hotel-fazenda, pesque-pague, exposição agropecuária, vaquejada, produção de polpa de fruta congelada, cultivo de mudas de plantas ornamentais e floricultura, criação de pequenos animais para corte, produção orgânica de ervas e legumes, produção de hortaliças, verduras e legumes para supermercados em estufas e com a técnica da hidroponia, entre outras. Segundo o autor, algumas atividades possuem uma certa base agrícola, como é o caso da produção em hidroponia, outras quase nada têm de base agrícola. O autor afirma ainda que muitas dessas atividades são seculares no país, porém não tinham até recentemente importância econômica. Tais atividades foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo. São serviços pessoais e auxiliares agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos, os quais, hoje, vão do produtor rural ao consumidor final.

Em um trabalho publicado na revista *Terra Livre*, Alentejano (2000) faz uma análise crítica a respeito do que há de novo no rural brasileiro. Suas observações estão assentadas sobre um documento lançado pelo Governo Federal em março de 1999 e intitulado *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*, que aborda, ainda, as questões apontadas por Graziano da Silva.

O autor considera haver um problema de ordem teórica na formulação do documento, no qual falta coerência devido à diversidade de influências teóricas antagônicas, revelando uma profunda contradição, sem, portanto, fazer o aprofundamento de algumas noções, tal como a de desenvolvimento sustentável. Num segundo momento, o autor critica a idéia de mercado que norteia o documento, o qual ignora a desigualdade entre grandes e pequenos produtores, desconsidera os processos de intermediação e a formação de preços, concebe o mercado como um dado, neutro e não afetado pelas relações sociais. Posteriormente, o autor argumenta ser a formulação de uma política voltada para a agricultura familiar, por parte do Governo Federal, resultado de várias pressões (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, e pressão internacional causada pela repercussão dos episódios das chacinas do Corumbiara e Eldorado dos Carajás) e uma tentativa do Governo reverter o quadro político que lhe era desfavorável (ALENTEJANO, 2000).

O entendimento da política agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso deve ser feito a partir das contradições reveladas nos seus dois mandatos (1995-2002), entre questões avançadas e ao mesmo tempo retrógradas. Se por um lado, as propostas avançaram no sentido de pensar o desenvolvimento econômico do país não mais através da concentração da renda e da riqueza e do modelo agrícola patronal dominante nas últimas décadas, e relativamente em crise no período, por outro lado, observamos que na prática isso não se concretizou, cujo desafio de enfrentar as oligarquias locais foi mais uma vez suprimido e ainda continua nos dias atuais, com pouca alteração. Essa contradição se evidenciou, sobretudo, pelas intensas lutas travadas no campo no período em questão e pela tentativa do Governo em



disseminar que haveria um novo mundo rural no Brasil, onde há uma faceta descarada tentando enterrar o velho rural e com ele toda a história da questão agrária brasileira.

Talvez a questão norteadora dos trabalhos de Graziano da Silva seja a ênfase dada aos processos analisados, bem como o caráter generalizado e omissivo de algumas formulações. O insistente debate do autor sobre as mudanças em curso no rural brasileiro a partir da década de 1990 não é incorreto, cujas transformações significativas exigem um redirecionamento do nosso olhar para outras formas de conceber a realidade rural, mas é o destaque e o sentido de novidade absoluta que não correspondem à realidade. A nosso ver, as mudanças que Graziano da Silva atribui ao espaço rural brasileiro não podem ser concebidas como síntese totalizadora da realidade de todo o país. Percebemos que tais mudanças acontecem de forma mais intensa em parte da região Sudeste e Sul, especialmente próximas às grandes e médias cidades, porém, de uma maneira geral, nas demais regiões do país, não são tão representativas.

Alentejano (2000, p. 101) afirma que as formulações de Graziano da Silva contêm três problemas básicos:

Em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade.

Além disso, o autor acrescenta o fato de haver outro problema essencial, pois Graziano da Silva não considera um meio termo entre modernização e agricultura familiar. Alentejano aborda a necessidade de buscar outra direção para compreender melhor os processos descritos por Graziano da Silva. Caso contrário, ou aceitaríamos a idéia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano, ou consideraríamos que o rural e o urbano sempre foram categorias inúteis para a análise.

A direção proposta é a de que ainda existe lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, porém seu significado atual mudou. Nesse sentido, o autor considera fundamental demonstrar: “apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (idem, p. 103). De acordo com Carneiro (2000, p. 3), as discussões atuais colaboram para identificar um momento de ruptura, no qual

[...] as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes à discussão, dando margem à formulação de outras hipóteses interpretativas que identificam alguma ruptura com o passado, justificando assim a anexação do adjetivo “novo” para redefinir a realidade atual (“nova ruralidade” ou “novo rural”).

Precisamos ter a noção de que a ruralidade e/ou o novo rural, categorias analíticas e fenômeno social, ao serem estudados, necessitam sempre ser entendidos como mecanismos em constante processo de (re)construção. Para isso, é importante considerar que:

A discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição fundamental para que se possa repensar o nosso urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente (MARQUES, 2002, p. 110).

A noção de ruralidade, ou ruralidades no plural, pode assumir diversos significados. Podemos utilizar esse termo com a conotação de um adjetivo, isto é, como uma qualidade daquilo que é específico do meio rural; a compreensão da ruralidade estende-se para o modo de vida e a identidade do homem do campo; a ruralidade também compreende as novas atividades presentes no espaço rural, o que configurou ser chamado de “novo rural” desde os anos 1990; as ruralidades também se apresentam no espaço urbano (agricultura urbana, hidroponia, criação de aves e, em algumas localidades, de gado bovino mantidos em pequenos sítios que ainda resistem ao processo de urbanização).

O rural buscou um sentido próprio em cada área do conhecimento onde é tratado: na

geografia, o rural foi interpretado como um espaço ou uma paisagem; na sociologia, um modo de vida; na economia, sinônimo de agrícola, portanto, voltado para as atividades produtivas. A partir de meados dos anos 1980, a ruralidade emerge como uma categoria muito maleável, cuja idéia surge no contexto de reapropriação do rural e construção de uma identidade. Muitos autores consideram a ruralidade como a maneira de viver o rural (BIAZZO, 2008). A ruralidade se tornou, nesse sentido, um caminho para a revalorização de diversas questões epistemológicas nas diversas áreas do conhecimento, assim como uma categoria operatória. O espaço rural, suas atividades e seus habitantes também se (re)valorizaram, apesar das contradições que emergiram daí.

Novamente recorreremos à Marques (2002, p. 109) com o propósito de elucidar qual é o conceito de espaço rural que a autora coloca em questão:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Pela intensidade da territorialidade, Alentejano (2003) observa um ponto de distinção do urbano e do rural. Para o autor, o urbano possui uma territorialidade menos intensa, pois representa relações mais globais, mais deslocadas do território, já o rural tem uma territorialidade maior, porque se vincula mais intensamente com o local no qual está inserido.

A compreensão do rural por Marques passa necessariamente pela existência de espaços onde o uso da terra seja o elemento essencial que o caracteriza. É interessante observar nas idéias da autora que o espaço rural não é fechado para novas atividades e funções, ou seja, o rural é dinâmico e acompanha o movimento de criação e recriação de formas, funções, conteúdos e sociabilidades.

Em consonância com esta autora, Alentejano (2003, p. 32) afirma que “se há um ponto em que podemos nos apoiar para definir a natureza do rural, este seriam as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra”. Para o autor, esse não é um ponto que define o rural em oposição ao urbano, mas se trata de que o urbano pouco depende de relações com a terra, seja no sentido econômico, social ou espacial, ao contrário do rural, o qual está diretamente relacionado à terra, mesmo sendo permeado por relações diversas e complexas. Assim, as relações econômicas se direcionam pela maior ou menor importância que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização.

As relações sociais compreendem as dimensões simbólica, afetiva, cultural e os processos de herança e sucessão, tão importantes para a definição e manutenção do meio rural. Quando a terra não é assegurada por tais relações sociais, sua fragmentação é certa, podendo permitir que o espaço rural seja apropriado por diversos atores sociais. As fazendas ou terras improdutivas próximas às cidades que são colocadas ao parcelamento é exemplo disso, pois não possui vínculos sociais e culturais com a terra enquanto elemento que agrega e define o espaço rural. Por último, as relações espaciais constituem os arranjos de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias.

## **O PROBLEMA DA URBANIZAÇÃO DO CAMPO**

Embora a urbanização da sociedade mundial encontre-se no estágio atual irreversível, não podemos esquecer de considerar especificidades importantes nesse processo. Isso se dá especialmente em relação ao campo e ao rural. A magnitude do processo urbano leva alguns autores a afirmarem que há em curso um processo de urbanização do campo, onde o campo seria uma extensão do urbano ou estaria ocorrendo uma maior integração campo-cidade, um *continuum*, não sendo mais possível separá-los.

Devemos lembrar que há duas maneiras de se entender o *continuum* rural-urbano, conforme expõe Wanderley (201?). A primeira parte de uma visão assimétrica e hierarquizada, em que as relações são estabelecidas em mão única, na qual há um pólo dominante (urbano) que gera o poder, a cultura, a ciência para o pólo dominado (rural), que recebe o poder, a cultura, a ciência. Essa é uma visão bastante difundida no passado, em que o fenômeno urbano se impõe sobre o mundo rural, podendo resultar no desaparecimento deste último ou aproximando-o da realidade urbana. Daí originou-se o discurso sobre o fim do rural. Essa concepção também pode levar à redução ou simplificação da importância do mundo rural.

Outra interpretação da autora, a qual parece-nos mais sensata, considera a existência de alguma articulação entre os pólos rural e urbano. Nesse sentido, rural e urbano se reafirmam através de relações múltiplas e complexas, em mão dupla, mantendo-os constantemente como pólos interdependentes, sem significar a eliminação de um dos pólos.

A parte polêmica sobre a discussão da urbanização do campo centra-se mais uma vez em um texto de Graziano da Silva (1997a, p. 1), no qual o autor afirma:

O propósito deste texto é chamar a atenção para o que há de novo no chamado meio rural brasileiro. Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um "continuum" do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Segundo Oliveira (2004), Graziano da Silva acertou no principal, isto é, no reconhecimento da expansão do fenômeno urbano. Assim, o urbano tornou-se maior que a cidade e que o campo, e formou uma síntese contraditória, todavia não eliminou a cidade nem o campo. As relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro, sem, no entanto, significar que um foi incorporado pelo outro.

A expansão do tecido urbano, incorporando novas áreas rurais à cidade através do parcelamento e loteamento da terra rural, associada ao incremento de infra-estrutura básica (água, luz, esgoto, comunicação, educação, saúde, serviços, etc.) e à presença de atividades não-agrícolas, tidas como urbanas, conduzem à afirmação de que o campo se urbanizou, sem olhar, porém, o conteúdo das relações do urbano com o rural. Assim sendo, para Neumann (2006), existem dois processos distintos caracterizadores da urbanização do campo. O primeiro diz respeito ao processo de urbanização mais tradicional, dado pela incorporação de novas áreas rurais à zona urbana, por meio do parcelamento do solo, da edificação horizontal e/ou vertical e da criação de infra-estrutura para usos urbanos residenciais, comerciais ou industriais. O segundo processo diz respeito à mudança de uso e de ocupação das áreas rurais para o desenvolvimento de atividades que não são aquelas essenciais e tradicionalmente agrícolas, mesmo sem a transformação de áreas rurais em urbanas.

Entendemos ser precipitado quando o autor confere a esses processos o caráter de "urbanização do campo", pois não só a população das cidades necessita de lazer, moradia, infra-estrutura e conforto, como também os habitantes do campo. Seria bastante oportuno dizermos e aceitarmos que o campo brasileiro se urbanizou se pelo menos os principais serviços e infra-estruturas urbanos tivessem chegado até a população rural.

Souza (2004) sugere uma saída metodológica para o fenômeno da urbanização:

Para abordar essa discussão, partimos da premissa de que ocorre, sim, um processo urbanizatório, mas este ao invés de se transformar numa urbanização **do** campo, pode ser visto como urbanização **no** campo. A pequena diferença gramatical nos dá uma saída metodológica, pois ao tratarmos da urbanização no campo estamos aceitando o movimento urbanizante que de fato se realiza, levando inúmeras inovações típicas da cidade ao campo, mas estamos também propondo que o rural ainda conserva características que são só suas, não se tornando assim *continuum*. As urbanidades são levadas ao campo, mas este conserva sua essência (grifos no original).

Aceitar o atual estágio de urbanização da sociedade brasileira e mundial implica dizer que campo e cidade, rural e urbano, fundem-se numa unidade dialética, mas profundamente contraditória, pois as bases da formação da sociedade moderna foram inspiradas na industrialização da agricultura e na cidade, disseminando o desenvolvimento do capitalismo mundial, cujo resultado fora a separação campo/cidade. Agora, os processos campo e cidade se revelam tanto em um quanto em outro espaço, sob a égide do capitalismo, assim o que

separou no início busca unir no atual momento, não obstante seja através de uma “unidade contraditória”, conforme termo usado por Oliveira (2004). Isso, porém, não nos permite identificar um processo de urbanização **do** campo, mas evidencia que as relações campo e cidade, rural e urbana, devem ser mais estudadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, priorizamos o resgate de concepções de rural e urbana fundadas em abordagens dualistas e dicotômicas, bem como sobre a noção de *continuum*. No entanto, o nexos que procuramos estabelecer foi o de superar tais abordagens obscurecedoras dos conceitos rural-urbano que impedem que sejam elementos importantes de descrição e explicação da realidade. Cada um guardando suas particularidades, mas estabelecendo um profícuo diálogo com o conteúdo das suas relações sociais. Nesse sentido, a atual relação rural-urbana deve ser entendida como descreve Rúa (2006, p. 88): “devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto àquele fundado em dois pólos distintos – rural e urbano, retomando a idéia de um espaço híbrido, isto é, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. O espaço híbrido é a configuração de novas territorialidades, oriundas da relação do rural com o urbano.

A distinção de rural e urbano não pode se resumir a meras descrições numéricas ou sobre os dados e a definição oficiais, mas nas relações sociais que circulam entre esses espaços, considerando a atual complexidade do processo imposta pela globalização dos espaços, pelo poder do capital, pela ação do Estado, bem como fomentar a crítica necessária a essas imposições.

Superar as visões distorcidas (dualistas, dicotômicas e de *continuum*) sobre a atual relação rural-urbana é condição fundamental para eliminar as antigas contradições as quais definem um dos pólos a partir da negação do outro, cujas visões depreciativas tentam reduzir o conteúdo social da dinâmica rural-urbana.

Assim sendo, a análise de processos definidos como “novo rural” e “urbanização do campo” deve ser feita levando-se em consideração a dimensão da realidade brasileira, sua complexidade e as imensas disparidades regionais, sempre atentando para o que realmente há de “novo” contraposto com as velhas estruturas contraditórias da sociedade brasileira, tanto no campo quanto na cidade.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.
- BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, v. 1, n. 18, p. 111-126, jan./jun. 2008.
- BOTELHO, A. P.; BRITTO, M.; SOUZA, J. G. de. O perfil de arrecadação do Imposto Territorial Rural nos municípios do EDR de Jaboticabal-SP. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 224-245, ago. 2011.
- CARLOS, Ana Fani A. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?. **Geousp**, São Paulo: Depto de Geografia – FFLCH-USP, n. 13, p. 179-187, 2003.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica**. p. 1-22, 2000. Disponível em: <<http://www.ftierra.org/ftierra1104/doc.strabajo/jmcarneirobr>>. Acesso em 17 jul. 2006.
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.
- CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da SILVA, José. (Ed.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília: Embrapa, 2004. p. 15-38.



- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições** entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.
- FROEHLICH, José Marcos. **Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural>>. Acesso em 22 jul. 2006.
- GRAZIANO da SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. 1997a. (mimeo).
- GRAZIANO da SILVA, José [et. al.]. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 50-64, 1997b.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112. jul./dez, 2002.
- MONTEIRO, Rosa Cristina. Novas ruralidades e políticas públicas: proposições para um debate. In: DIESEL, Vivien; FROEHLICH, José Marcos. (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 155-173.
- MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.
- NEUMANN, Pedro Selvino. Desenvolvimento local: o debate do “modelo rural” X “modelo agrícola”. In: DIESEL, Vivien; FROEHLICH, José Marcos. (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 99-109.
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.
- OLIVEIRA, R. S.; OLIVEIRA, L. C. B. Análise espacial sobre as novas territorialidades urbanas da cidade de Montes Claros – estudo das regiões periféricas da cidade em seu processo de transformação rural-urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **[Anais eletrônicos...]**. Porto Alegre: AGB, 2010.
- PINHEIRO, F. S.; BARBOSA, M. R.; AFONSO, P. C. S. Conflitos entre urbano e o rural: o caso do loteamento em Cabeceiras – Montes Claros/MG. In: COLÓQUIO CIDADE E REGIÃO: DINÂMICAS DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS, 1., 2010, Montes Claros. **[Anais eletrônicos...]**. Montes Claros: UNIMONTES, 2010. 1 CD-ROM.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.
- SILVA, Marcos Nicolau Santos da. **As novas atividades no meio rural do município de Montes Claros - MG**. 2006. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.
- SOUZA, José Luiz Amado de Menezes e. Algumas noções sobre o rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **[Anais eletrônicos...]**. Goiânia: UFG, 2004. 1 CD-ROM.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições** entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Meio rural: um lugar de vida e de trabalho**. Fórum DRS, 201?. Entrevista concedida ao Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.